

ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



10  
2024

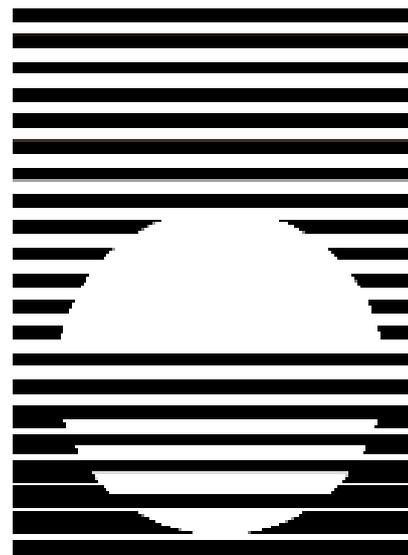
# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



## Corpo Editorial

**Editor Executivo:** Guilherme Fritz

**Conselho Editorial:** Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

**Editoria de Redação:** Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Matheus Petrelli, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**OPSA**

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



## SUMÁRIO

### **Página 04**

Brasil se opõe à entrada da Venezuela como parceira do BRICS+ e recebe críticas de Maduro

Milei demite ministra das Relações Exteriores após voto favorável a Cuba na ONU

### **Página 05**

Protestos do setor de educação e de transporte pressionam o governo Milei

Governo colombiano sedia a COP-16 da Biodiversidade em Cali

### **Página 06**

Petrobras e Ecopetrol anunciam descoberta de gás em águas profundas na Colômbia

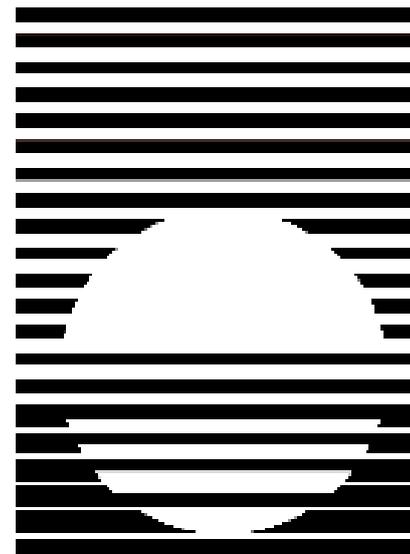
### **Página 07**

Governo equatoriano busca parceiros internacionais para aliviar crise energética

Eleição presidencial no Uruguai vai para o segundo turno

### **Página 08**

Suriname assina acordos de segurança com os Estados Unidos e recebe militares dos Países Baixos



## Brasil se opõe à entrada da Venezuela como parceira do BRICS+ e recebe críticas de Maduro

Em diversos momentos de outubro, a relação entre Brasil e Venezuela sofreu novos desgastes, aprofundando a deterioração iniciada no fim de agosto, quando o governo brasileiro condicionou o reconhecimento da reeleição de Nicolás Maduro à divulgação das atas de votação, o que nunca ocorreu. No dia 14, o procurador-geral da Venezuela, Tarek Saab, criticou o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma entrevista à televisão, acusando-o de ter sido cooptado pelos EUA quando esteve preso durante a Operação Lava-Jato e de servir como um porta-voz de interesses da CIA na região. Posteriormente, entre os dias 22 e 25, ocorreu a 16ª cúpula de chefes de Estado do BRICS, na cidade russa de Kazan, que teve, como um dos principais pontos de discussão, a criação de um clube de países parceiros do bloco. Lula cancelou sua ida devido a um acidente médico, porém Maduro compareceu ao evento, a fim de pressionar pela entrada da Venezuela no grupo. Contudo, a delegação brasileira, chefiada pelo chanceler Mauro Vieira, se opôs à adesão. Em resposta, no dia 24, o governo venezuelano emitiu uma nota na qual afirmou que “o povo venezuelano sente indignação e vergonha por esta agressão inexplicável e imoral da diplomacia brasileira (Itamaraty), mantendo o pior das políticas de Jair Bolsonaro contra a Revolução Bolivariana fundada pelo comandante Hugo Chávez”. Além disso, no dia 28, em um pronunciamento na televisão, Maduro chamou a ação de uma facada nas costas e acusou o Itamaraty de ser um poder paralelo dentro do Brasil, muito vinculado ao Departamento de Estado dos EUA desde o golpe de 1964 e afeito a conspirar contra a Venezuela. No dia seguinte, o assessor especial da Presidência da República, Celso Amorim, em uma audiência na Câmara dos Deputados, explicou que a posição brasileira foi a de apoiar a entrada de países que têm capacidade de representar e influenciar suas regiões, o que não seria o caso da Venezuela hoje. No dia 30, o governo venezuelano convocou de volta a Caracas, para consultas, seu embaixador em Brasília, ao mesmo tempo em que chamou o encarregado de negócios da embaixada brasileira em Caracas (a embaixadora não estava no país) para conversas. Por sua vez, o presidente da Assembleia Nacional venezuelana, Jorge Rodríguez, anunciou que poria em discussão uma moção para declarar Celso Amorim uma

persona non grata no país, acusando-o de conspirar com os EUA contra o reconhecimento da reeleição de Maduro. Em uma escalada de tom, no dia 31, a Polícia Nacional da Venezuela publicou uma ilustração, em suas redes sociais, de uma sombra com a forma do presidente Lula, na frente de uma bandeira brasileira e com os dizeres “El que se meta con Venezuela se seca” (“Quem se mete com a Venezuela se dá mal”, em tradução livre). Em resposta, o Itamaraty publicou uma nota à imprensa, no dia 1º de novembro, em que “constata com surpresa o tom ofensivo adotado por manifestações de autoridades venezuelanas em relação ao Brasil e aos seus símbolos nacionais” e pede por mais respeito e diálogo. Contudo, no dia seguinte, o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela emitiu uma nota oficial em que afirmou que o Itamaraty empreende uma “agressão descarada e grosseira” contra Maduro e as instituições do país e o exorta a “desistir de imiscuir-se em temas que só competem aos venezuelanos, evitando deteriorar as relações diplomáticas entre ambos os países”.

**Fontes:** [G1](#), 14/10/2024; [O Globo](#), 22/10/2024; [Agência Brasil](#), 25/10/2024; [Folha de S. Paulo](#), 29/10/2024; [Metrópoles](#), 29/10/2024; [UOL](#), 30/10/2024; [O Globo](#), 30/10/2024; [CNN](#), 31/10/2024; [Brasil](#), 01/11/2024; [Folha de S. Paulo](#), 02/11/2024.

## Milei demite ministra das Relações Exteriores após voto favorável a Cuba na ONU

No dia 30 de outubro, o presidente argentino, Javier Milei, demitiu a ministra das Relações Exteriores, Dina Mondino. A relação entre o presidente e a ministra já vinha estremeçada há meses, e o estopim foi o voto contrário ao embargo econômico à Cuba na Assembleia Geral da ONU. A oposição ao regime de sanções contra Havana é uma posição que a Argentina vem adotando há 32 anos, mas que Milei deseja modificar. O novo ministro será o atual embaixador nos Estados Unidos, Gerardo Werthein, um diplomata que tem uma maior proximidade com o presidente. Milei anunciou que, além de troca, realizará uma auditoria no ministério, com o objetivo de identificar diplomatas que estejam impulsionando “agendas inimigas da liberdade”. Além do isolamento político que a decisão simboliza, uma vez que somente Estados Unidos e Israel votam tradicionalmente a favor a manutenção do embargo, o apoio a Cuba nessa questão é normalmente usado pela Argentina como uma moeda de troca para conquistar

o respaldo de determinados países nos embates com Reino Unido em torno das Ilhas Malvinas. Entretanto, também no que concerne à soberania das Malvinas, a política externa argentina parece sofrer uma gradual inflexão, ao se aproximar do Reino Unido. No final de setembro deste ano, foi assinado um acordo entre as chancelarias dos dois países, por meio do qual decidiu-se retomar voos para as ilhas Malvinas. Além disso, foi acordada a reativação das negociações acerca de um projeto humanitário para dar suporte às famílias que perderam seus entes na guerra entre os dois países em 1982, na qual os argentinos foram derrotados. A decisão gerou críticas tanto de setores da esquerda quanto da direita. A vice-presidenta da Argentina, Victoria Villarruel, por exemplo, fez uma postagem nas redes sociais no qual afirma que o acordo é “contrário aos interesses da nação argentina”. No dia 14 de outubro, vinte dias depois do acordo, o presidente Milei se encontrou com o ex-primeiro-ministro britânico Boris Johnson, outro evento que gerou repercussão negativa e que parece sinalizar um distensionamento da relação entre os dois países. No dia 23 de outubro, houve outra polêmica envolvendo a questão das Malvinas, com a publicação de um comunicado oficial no qual aparece a palavra “Falklands”, termo usado pelos britânicos para se referir às ilhas Malvinas. A então ministra das Relações Exteriores, Dina Mondino, e o ministro da Defesa, Luis Petri, negaram que tenham incluído o termo no comunicado, e exigiram que se investigue quem foi o responsável pelo “erro”.

**Fontes:** [El País](#), 24/10/2024; [Infobae](#), 14/10/2024; [Página 12](#), 25/10/2024; [TN](#), 30/10/2024.

## Protestos do setor de educação e de transporte pressionam o governo Milei

No dia 2 de outubro, milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra os cortes no orçamento destinado às universidades públicas na Argentina. O ato inaugurou o mês de outubro, que foi marcado por uma nova onda de mobilizações sociais contra a política de austeridade do governo de Javier Milei. No dia 13 do mês passado, o Congresso havia aprovado um aumento de salário para docentes e demais funcionários públicos das universidades como forma de amenizar o impacto da inflação de 236% entre agosto de 2023 e agosto de 2024. Contudo, o presidente Milei resolveu vetar o projeto, alegando que o aumento de gastos era “injustificável” diante da crise econômica

que o país enfrenta. Apesar da pressão nas ruas, os congressistas de oposição não conseguiram formar uma maioria de 2/3 para derrubar o veto presidencial. O apoio do Proposta Republicana (PRO), partido do ex-presidente Mauricio Macri, foi decisivo para a manutenção do veto, visto que a legenda do atual mandatário não tem uma bancada expressiva. Esta foi a segunda marcha massiva organizada por estudantes e docentes universitários contra o atual governo. A primeira havia ocorrido em 23 de abril deste ano. Os trabalhadores do setor de transporte também manifestaram seu descontentamento com a política econômica atual, que envolve planos de privatização, cortes de subsídios e redução da estrutura estatal. No dia 30 e 31 de outubro, a Mesa Nacional de Transportes, conformada por diversos sindicatos de diferentes modalidades de transporte de pessoas e de carga, convocou paralizações, que interromperam os serviços de trens, metrô, caminhões, motos, táxis, transporte marítimo e aviação. Alguns sindicatos de docentes, trabalhadores universitários e alfandegários também aderiram à greve. Durante os 10 primeiros meses de mandato, Milei reduziu 30% dos gastos públicos, de acordo com um estudo conduzido pelo Centro de Economia Política Argentina (CEPA) e pela Associação Argentina de Orçamento e Administração (ASAP). Os setores de infraestrutura e de educação foram dois dos mais atingidos, com cortes de 74% e 52%, respectivamente. Outros setores também tiveram perdas significativas: o de desenvolvimento social teve cortes de 60%, a assistência federal às provinciais encolheu 68% e os gastos com saúde pública foram reduzidos em 28%. Parte desses recursos vem sendo transferidos para o setor de defesa. Os gastos com a Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE), por exemplo, aumentaram 216% desde janeiro deste ano e, no mesmo período, 350 milhões de dólares foram direcionados para a compra de aviões de combate.

**Fontes:** [CNN](#), 30/10/2024; [Deutsche Welle](#), 03/10/2024; [El País](#), 20/10/2024; [Página 12](#), 03/10/2024.

## Governo colombiano sedia a COP-16 da Biodiversidade em Cali

No dia 20 de outubro, Gustavo Petro, presidente da Colômbia, discursou na cerimônia de abertura da COP-16 da Biodiversidade. Sediada na cidade de Cali, a conferência teve, como principal objetivo,

ser um espaço para debates globais sobre pautas relacionadas à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais. Além de servir de fórum para tais discussões, a COP-16 serviu como um mecanismo para o governo Petro globalizar sua pauta interna de “Paz com a natureza”. Para isso, Susana Muhamad, Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi escolhida para presidir a cúpula. No quinto dia de convenção, Petro criticou as lideranças mundiais que não foram ao evento. Dentre essas, Lula, presidente do Brasil, que sofreu um acidente doméstico e não participou da COP-16, foi lembrado pelo presidente colombiano: “o povo se reuniu, mas não os governantes, e nem mesmo Lula me acompanhou”. Apesar da ausência da liderança brasileira, Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, liderou uma comitiva no evento. Um dos principais resultados da cúpula foi a formação do G9 da Amazônia Indígena. O grupo, integrado por oito organizações amazônicas e sete lideranças indígenas, elaborou um documento com o objetivo de defender a valorização dos conhecimentos indígenas, a proteção dessas populações e a coordenação entre suas lideranças. Outro ponto relevante foi o anúncio da eleição do Secretário Geral da Organização do Tratado para a Coordenação Amazônica (OTCA). A escolha do acadêmico Martin Von Hildebrand, apontado pela Colômbia, estava travada por conta de questões diplomáticas envolvendo o Peru e o governo colombiano (Petro não havia reconhecido Dina Boluarte como presidenta legítima do Peru). Além disso, a Colômbia conseguiu aprovar a criação do Fundo de Cali, um “fundo global centrado na distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados da informação da sequência digital dos recursos genéticos”. Além disso, no dia 30 de outubro, o país anfitrião promoveu a criação da “Coligação da Paz com a Natureza”. Alinhada à sua pauta interna de preservação ambiental, a Colômbia conseguiu a adesão de mais de 20 países e 40 organizações à iniciativa, que tem o propósito de “acelerar a transição para um novo modelo econômico verde e descarbonizado”. Apesar desses êxitos da diplomacia colombiana, o final da cúpula foi marcado pela falta de um acordo sobre o financiamento do Norte para deter a destruição da biodiversidade no Sul. No dia 2 de novembro, Muhamad declarou que não foi possível costurar esse acordo, porém considerou o evento exitoso em face dos demais resultados alcançados.

**Fontes:** [Semana](#), 20/10/2024; [Terra](#), 25/10/2024; [La Silla Vacía](#), 26/10/2024; [La Silla Vacía](#), 29/10/2024; [El País](#), 30/10/2024; [DW](#), 02/11/2024; [RFI](#), 02/11/2024; [Forbes](#), 04/11/2024.

## **Petrobras e Ecopetrol anunciam descoberta de gás em águas profundas na Colômbia**

No dia 3 de outubro, Rogério Soares, gerente geral de ativos exploratórios da Petrobrás, anunciou a “principal descoberta offshore da Colômbia”. Trata-se do projeto Sirius de exploração de gás localizado na costa caribenha. Segundo estimativas, este projeto tem capacidade para atender a demanda de energia colombiana por 20 anos e consiste na maior descoberta de gás em águas profundas no país desde os anos 1990. A base de exploração do projeto se localiza a cerca de 31 quilômetros da costa e está a 804 metros de profundidade. A exploração desse recurso deve acontecer a partir de um consórcio formado pela empresa brasileira Petrobras (44,4%) e a colombiana Ecopetrol (55,6%). Além dos benefícios econômicos advindos da extração do gás, a descoberta é de extrema relevância para a diversificação das fontes energéticas colombianas. Em paralelo, comunidades de pescadores da região costeira apresentaram denúncias contra supostas violações ambientais que poderiam paralisar o projeto. Com relação às fontes energéticas, no país, 68% é produzida a partir de recursos hídricos, enquanto cerca de 16% advém do gás natural. Essa dependência das hidrelétricas promove certa insegurança energética em período de pouca chuva, como tem acontecido recentemente. Além disso, há, na Colômbia, um déficit aproximado de 12% entre os contratos de exploração de gás natural e as estimativas de consumo para 2025. Apesar da fatura representada pela descoberta, a Unidade Estatal de Planejamento de Mineração e Energia aponta para a disponibilidade desses recursos apenas até 2029. Recentemente, alguns acontecimentos evidenciaram a fragilidade do governo colombiano quanto à segurança energética. Dos dias 2 a 6 de setembro, houve uma greve contra o aumento no preço dos combustíveis. Com ajustes previstos na casa dos \$ 1.900 pesos, caminhoneiros, taxistas, motoristas de aplicativo e motociclistas promoveram cerca de 90 bloqueios permanentes em todo o país. No último dia de manifestações, os grevistas e o governo chegaram a um acordo que previa a redução

para \$ 800 pesos divididos em dois aumentos de 400. Além da greve, no final do mês de agosto, ocorreu um desabastecimento de combustíveis para aeronaves em diversos aeroportos da Colômbia, gerando adiamentos e cancelamentos de voos.

**Fontes:** [El Colombiano](#), 26/08/2024; [La Republica](#), 06/09/2024; [Infobae](#), 03/10/2024; [El País](#), 05/10/2024.

## Governo equatoriano busca parceiros internacionais para aliviar crise energética

Desde abril de 2024, o Equador passa por uma crise energética que se agrava mês a mês. Em outubro, o país chegou ao ponto mais grave da crise, com apagões diários, de 8 a 14 horas não consecutivas diárias, programados pelo governo para racionar a energia produzida e disponível no país. Os apagões acarretaram na renúncia do ministro da energia, Antonio Goncalves, que entregou o cargo em 9 de outubro após anunciar que o racionamento se estenderia por mais um mês. Em seu lugar assumiu Inés Manzano, incumbente no ministério do Meio Ambiente, prometendo a modernização do sistema energético no país e o investimento em fontes renováveis. Para sanar a crise, o governo equatoriano adotou duas frentes, uma doméstica, para flexibilizar o investimento privado em centrais elétricas de grande porte, e outra externa, focada em estabelecer novos projetos no setor elétrico. Na semana seguinte, em 15 de outubro, o governo anunciou seis projetos de centrais hidrelétricas e parques fotovoltaicos, que adicionarão 400MW à capacidade elétrica do país e que custarão 137 milhões de dólares. O governo também retirou o subsídio elétrico dado a empresas de mineração e petróleo. Por sua vez, em 27 de outubro, a Assembleia Nacional aprovou mudanças legais que autorizam que projetos no setor elétrico com capacidade de até 100 MW não necessitam de concorrência pública. No mesmo dia, o presidente Daniel Noboa anunciou a intenção de adquirir energia de produtores colombianos e firmar parcerias com o governo estadunidense e francês nas áreas de energia solar e nuclear. O presidente declarou também que espera aliviar o racionamento até o fim de dezembro. Por fim, no dia 30 de outubro, Noboa se encontrou com o presidente colombiano, Gustavo Petro, às margens da COP16, para negociar a cooperação energética. Petro, no entanto, indicou que, no momento, a Colômbia não dispõe de excedente para fornecer ao Equador e que o país atravessa problemas

similares, com baixos níveis de reservatórios de suas hidrelétricas.

**Fontes:** [France 24](#), 09/10/2024; [El Universo](#), 09/10/2024, [Primicias](#), 15/10/2023; [Infobae](#), 15/10/2024; [Ecuavisa](#), 27/10/2024; [El Comercio](#), 27/10/2024; [CNN Español](#), 28/10/2024; [Infobae](#), 30/10/2024.

## Eleição presidencial no Uruguai vai para o segundo turno

No dia 27 de outubro, aconteceu o primeiro turno da eleição presidencial no Uruguai. O pleito contou com mais de 11 partidos políticos e coalizões, que indicaram candidatos à presidência para eleger o sucessor de Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita. A Frente Ampla, de centro-esquerda, foi a coalizão mais votada e, assim, confirmou o favoritismo que as pesquisas eleitorais já apontavam. Yamandú Orsi garantiu 43,94% dos votos na eleição presidencial, contabilizando mais de 1 milhão, insuficientes, porém, para resolver a eleição no primeiro turno. Em seguida, Álvaro Delgado, candidato a presidente pelo Partido Nacional, apoiado por Lacalle Pou, obteve 26,77% dos votos, contabilizando mais de 600 mil. Delgado vai para o segundo turno com o apoio dos demais candidatos de direita, como Andrés Ojeda, do Partido Colorado, que ficou em terceiro lugar, com 16,03% dos votos; Gustavo Salle, do Identidade Soberana; e Guido Manini, do Cabildo Abierto. A Frente Ampla venceu em 12 departamentos, incluindo Montevideu e Canelones, departamentos estes com maior número populacional, enquanto o Partido Nacional venceu em 6 departamentos, e o Partido Colorado, em 1. Além das votações para decidir a presidência, os uruguaios também votaram para renovar o Parlamento (Câmara dos Deputados e Senado). A Frente Ampla conseguiu a maioria em ambas casas legislativas, elegendo 16 deputados no Senado e 48 na Câmara. Em comparação, o Partido Nacional contabilizou 9 cadeiras no Senado e 29 na Câmara. As demais cadeiras na Câmara dos Deputados ficaram divididas entre o Partido Colorado (17), Partido Independiente (1), Cabildo Abierto (2) e Identidade Soberana (2). Os resultados do primeiro turno tiveram impactos diferentes para os dois candidatos. O candidato da Frente Ampla, apesar de ter conquistado a maioria no Parlamento, viu os resultados com maior cautela, já que esperava resolver a eleição logo no primeiro turno. Para o candidato do Partido Nacional, a ida

para o segundo turno foi celebrada, pois o resultado foi ligeiramente superior ao previsto nas pesquisas eleitorais. Até o segundo turno, marcado para dia 24 de novembro, ambos os lados declararam que buscarão intensificar suas bases de apoio, inclusive por meio de negociações com os partidos menores que participaram da corrida eleitoral. No Uruguai, os debates eleitorais entre os dois candidatos que passam para o segundo turno são obrigatórios, mas até o momento não existe uma data para a transmissão de um debate entre Orsi e Delgado.

**Fonte:** [Grupo Multimedio](#) 22/10/2024; [El Observador](#) 28/10/2024; [El Observador](#) 28/10/2024; [El Observador](#) 31/10/2024.

## Suriname assina acordos de segurança com os Estados Unidos e recebe militares dos Países Baixos

No dia 2 de setembro, ocorreu a Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Mercosul, em Montevidéu, no Uruguai. Na ocasião, a chanceler da Argentina, Diana Mondino, mostrou alinhamento com a posição uruguaia de avançar em negociações individuais ou plurilaterais, mais flexíveis, com terceiros países ou grupos de países. A ministra também criticou a Tarifa Externa Comum (TEC) dizendo que ela é elevada para os padrões internacionais. Na mesma linha, no dia 5 de setembro, o governo argentino defendeu a “modernização” do Mercosul, propondo mudanças nos mecanismos de gestão orçamentária e uma “atualização financeira” do bloco durante a apresentação de um relatório sobre a gestão presidencial apresentado à Câmara dos Deputados em Buenos Aires. Em matéria comercial, no dia 6, foram retomadas as negociações para o acordo Mercosul-União Europeia, e no dia 11, foi publicado um estudo, produzido pelo Conselho Empresarial Brasil-China, que avaliou os impactos de um possível acordo entre o Mercosul e o país asiático. O documento enfatiza os possíveis ganhos econômicos da parceria, destacando que o maior setor beneficiado seria o agronegócio, a partir da redução das barreiras comerciais. No dia 23 de setembro, o presidente brasileiro se reuniu em Nova York com a chefe da Comissão Europeia, Úrsula Von der Leyen, para discutir os impasses nas negociações para o acordo Mercosul-UE, tendo em vista a entrada em vigor da Lei Antidesmatamento da União Europeia (EUDR), prevista para janeiro do

próximo ano. No dia 25, em coletiva de imprensa, Lula disse estar otimista com a conclusão do acordo. A imprensa veiculou que a intenção do governo brasileiro era anunciar o acordo durante as reuniões do G20, em novembro, mas que autoridades europeias se mostraram reticentes no caso. No dia 28 foi divulgado que o Mercosul pode fechar acordos comerciais com Panamá, República Dominicana e El Salvador, sendo os dois primeiros os países nos quais as negociações estariam mais avançadas. Por fim, o ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Omar Paganini, participou, em 29 de setembro, da reunião entre representantes do Mercosul e da União Europeia para tratar sobre o acordo inter-regional também em Nova York.

**Fontes:** [Dagblad Suriname](#), 30/09/2024; [U.S. Embassy in Suriname](#), 18/10/2024; [Suriname.gov](#), 18/10/2024; [Ministério da Defesa do Suriname](#), 22/10/2024; [Dagblad Suriname](#), 30/10/2024.

